

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	7	12.164	5.887
Concessionárias	8	1.389	-
Impostos a compensar	9	497	11
Partes relacionadas	10	-	6.398
Cauções e depósitos vinculados	11	-	10.603
Adiantamento a fornecedores	12	4.093	2
Despesas antecipadas	13	31	-
<b>Total</b>		<b>18.174</b>	<b>22.902</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	5
Partes relacionadas	10	1.110	-
Cauções e depósitos vinculados	11	3.615	2.867
Imobilizado	14	151.393	153.750
		<b>156.119</b>	<b>156.622</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>174.292</b>	<b>179.524</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
Notas explicativas das demonstrações financeiras - Em milhares de Reais			
<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL</b>			
A Central Eólica SRMN I S.A. ("Companhia" ou "SRMN I"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em novembro de 2017, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica SRMN I e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Avenida Faria Lima, nº 3729, 9º andar, sala 15, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. 1.1. <b>Autorização do Parque Eólico Santa Rosa Mundo Novo I:</b> Em 04 de junho de 2018 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de projeto independente por 35 anos, com término da autorização em 03 de junho de 2053. Em 20 de dezembro de 2017 a Companhia vendeu 16,5 MW médio de energia no Leilão de Energia 05/2017, por meio do projeto de geração eólica Santa Rosa Mundo Novo I, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início previsto para janeiro de 2022, ao preço de R\$108,25/MWh. Em 07 de fevereiro de 2022 a ANEEL emitiu o despacho nº 387 autorizando o início da operação comercial da EOL Santa Rosa e Mundo Novo I a partir de 1º de janeiro de 2022.			
<b>Empresa</b>			
Usinas			
Modalidade			
Outorga			
Estado			
Capacidade instalada (MW)			
Energia assegurada (Mm)			
Data do início da operação			
Início			
Término			
Autorização / Registro			
1.2. <b>Capital Circulante líquido negativo:</b> Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido a pagamentos aos fornecedores referentes a conclusão da construção do parque eólico. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2022 será alcançado da seguinte forma: (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu início em julho de 2021 (ii), desembolso de empréstimo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento BNB, (iii) se houver necessidade aporte de capital da holding.			
<b>2. BASE DE PREPARAÇÃO</b>			
<b>2.1. Declaração de conformidade:</b> As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autoriza a emissão das demonstrações financeiras em 01 de março de 2023. <b>2.2. Base de mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 24, de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.			
<b>3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO</b>			
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.			
<b>4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS</b>			
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas: • Imobilizado: determinação da vida útil e do valor residual, com base nos estudos de viabilidade do projeto. (nota explicativa nº 14), • Provisão de desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 18), • Receita operacional líquida: (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com em dados da geração efetiva (nota explicativa nº 20), • Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis: reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 28)			
<b>5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS</b>			
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. <b>a) Caixa e equivalentes de caixa:</b> Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. São demonstrados pelo custo amortizado, que equivale ao custo de aquisição de juros auferidos até a data do balanço. <b>b) Concessionárias:</b> Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia futuradas e não futuradas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. <b>c) Imobilizado:</b> O parque eólico conta, principalmente, com terrenos e edificações e máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do empreendimento e são reconhecidos pelo valor líquido, em Outras receitas/despesas operacionais. <b>d) Redução ao valor recuperável - Ativos financeiros:</b> São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. <b>Ativo não financeiro:</b> A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entrando essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto entre os impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. <b>e) Demais ativos circulantes e não circulantes:</b> São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. <b>f) Fornecedores:</b> Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. <b>g) Dividendos:</b> De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir com dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, enquanto o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reservas de lucros até que sejam aprovados pelo órgão competente, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. <b>h) Empréstimos e financiamentos:</b> Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. <b>i) Provisões:</b> Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados. <b>j) Demais passivos circulantes e não circulantes:</b> São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. <b>k) Operações de arrendamento:</b> No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do Parque eólico, por apresentar valor relevante e por ser de longo prazo. Para esses contratos de arrendamento de terrenos por terem remuneração variável ao arrendador a companhia não aplicou o IFRS16. Para os demais contratos, por serem considerados de baixo valor, a adoção da IFRS 16 não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. <b>l) Imposto de renda e contribuição social:</b> O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais, e para a contribuição social corrente, é calculada à alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado, a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscal incerto, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICP 22 / IFRIC 23. <b>ICPC</b>			
<b>22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributo sobre o lucro:</b> Em dezembro de 2018 foi emitido o ICP 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades. A interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade; (ii) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (iii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que a mesma seja contemplada na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras. <b>m) Capital social:</b> Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidas como dedução do Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. <b>n) Apuração do resultado:</b> O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. <b>o) Receita operacional líquida:</b> A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia futurada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão ou adiantamento e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte. <b>p) Receitas e despesas financeiras:</b> As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. <b>q) Ativos e passivos financeiros - Classificação, reconhecimento e mensuração:</b> A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e sido recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais são originados em datas específicas, e fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados, calculados com base no método da taxa de juros efetiva. Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa nº 2.61. <b>Compensação de instrumentos financeiros:</b> Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. <b>Impairment:</b> Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.			
<b>6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS</b>			
As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). <b>Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes - Alterações à IAS 1:</b> As alterações de escopo restrito à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras esclarecem que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período de relatório. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data de relatório. As alterações também esclarecem o que a IAS 1 significa quando se refere à "liquidação" de um passivo. As alterações podem afetar a classificação de passivos, particularmente para entidades que anteriormente consideravam as intenções da administração para determinar a classificação e para alguns passivos que podem ser convertidos em patrimônio. Devem ser aplicados retrospectivamente de acordo com os requisitos normais da IAS 8 Políticas Contábeis. Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. <b>Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:</b> Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. <b>Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:</b> A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. <b>Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:</b> A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção desses novos pronunciamentos.			
<b>7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
Bancos conta movimento			
Aplicações financeiras - renda fixa			
<b>Total</b>			
As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.			
<b>8. CONCESSIONÁRIAS</b>			
Mercado regulado			
Mercado livre			
<b>Total</b>			
Em 31 de dezembro de 2022 o saldo era composto pelos seguintes valores: R\$1.017 para o mercado regulado referente a venda de energia no ambiente da CCEE Câmara de Comercialização de Energia, feitos pelos contratos bilaterais de suprimento de energia feitos para grandes players do mercado e R\$372 para Câmara de Comercialização de Energia - CCEE na negociação da energia excedente ou energia teste. A Administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver perdas históricas, no exercício corrente e em exercícios anteriores, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2022. Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:			
A vencer			
Até 60 dias			
<b>Total</b>			
O saldo de R\$1.017 em 31 de dezembro de 2022 a vencer até 60 dias refere-se substancialmente à venda da geração de energia da fase de teste da usina, junto à Câmara de Comercialização de Energia - CCEE			
<b>9. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR</b>			
Ativos compensáveis			
ICMS			
IRRF sobre aplicações financeiras			
<b>Total</b>			
<b>Passivo a recolher</b>			
ICMS sobre diferencial de alíquota			
Imposto de renda e CSLL			
PIS, COFINS e CSLL sobre serviços prestados por terceiros			
PIS e COFINS			
IRRF sobre aplicação financeira			
Outros			
<b>Total</b>			
<b>Total ativo</b>			
<b>9.1. Imposto e contribuições sociais diferido</b>			
<b>Ativo não circulante</b>			
<b>Resultado</b>			
<b>10. TRANSACÇÃO COM PARTES RELACIONADAS</b>			
<b>10.1. Ativo e passivo:</b> Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:			
<b>Objeto do contrato</b>			
<b>Contraparte</b>			
<b>31/12/2022</b>			
<b>Partes relacionadas</b>			
Liquidação de operação de Hedge - Repasse EDP			
Compartilhamento de Capex (a)			
Venda de energia			
Venda de energia			
<b>Total</b>			
<b>Passivo</b>			
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (b)			
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (b)			
Compartilhamento de Capex (a)			
Contrato de monitoramento de operação (c)			
<b>Total</b>			
<b>Partes relacionadas</b>			
Aumento (redução) de capital			
<b>Total</b>			
<b>Total Passivo</b>			
A redução do saldo entre partes relacionadas se deu substancialmente pelo pagamento durante o ano de 2022 A redução do saldo entre partes relacionadas se deu substancialmente pelo pagamento durante o ano de 2022 da redução de capital R\$26.384 e o recebimento da liquidação da operação de hedge pela EDP R\$6.146.			
<b>11. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS</b>			
Cauções e depósitos vinculados de empréstimos			
<b>Total</b>			
Ativo circulante			
Ativo não circulante			
<b>Total</b>			
Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, foram estabelecidas a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNB e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretirável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação deverá ser depositada na Conta Vinculada. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter saldo correspondente a 2,51% do lucro desembolsado. A liberação dos depósitos vinculados está condicionada à liquidação da obrigação assumida do financiamento, razão pela qual os fundos disponíveis nas contas de Cauções e depósitos vinculados foram classificados parte como ativo circulante e parte no não circulante em 31 de dezembro de 2022. O saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$3.615 (R\$13.470 em 31 de dezembro 2021) foi aplicado em Certificado de Depósitos Bancários - CDB DI e operações compromissadas com remuneração média à taxa de 102% do Certificado de Depósito Interbancário CDI (78,97% do CDI em 31 de dezembro 2021) junto ao Banco Santander, visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.			
<b>12. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES</b>			
<b>Circulante</b>			
Adiantamento a fornecedores			
Adiantamentos a fornecedores material e serviço			
<b>Total</b>			
<b>13. DESPESAS ANTECIPADAS E OUTROS CRÉDITOS</b>			
<b>Circulante</b>			
Despesas antecipadas			
<b>Total</b>			
O saldo de despesas antecipadas é representado substancialmente por valores de custo de empréstimos que são reclassificados à medida que o empréstimo é liberado para a Companhia.			
<b>14. IMOBILIZADO</b>			
<b>31/12/2022</b>			
<b>31/12/2021</b>			
<b>Imobilizado em serviço - Geração</b>			
Direito de uso arrendamentos			
<b>Imobilizado em curso</b>			
Imobilizado em curso			
Máquinas e equipamentos			
<b>Total</b>			
<b>Imobilizado em serviço - Geração</b>			
Direito de uso arrendamentos			
<b>Imobilizado em curso</b>			
Imobilizado em curso			
Máquinas e equipamentos			
<b>Total</b>			
<b>15. FORNECEDORES</b>			
<b>Circulante</b>			
Partes relacionadas			
Terceiros			
Materiais e serviços			
<b>Total</b>			
O saldo dos fornecedores corresponde substancialmente à aquisição de materiais e máquinas e equipamentos para construção do parque eólico.			

...continuação

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

Circulante			Não circulante		
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
BNB principal	3.212	2.808	104.896	92.874	-
Encargos de dívida	12.754	8.105	-	-	-
Custo de transação	-	-	(403)	-	(443)
<b>Total</b>	<b>15.967</b>	<b>10.912</b>	<b>104.493</b>	<b>92.432</b>	<b>92.432</b>

O contrato vigente, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:  
**Contrato**  
Instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A  
Valor contratado R\$ 110.992  
Data da contratação 30/04/2019  
Valor liberado R\$ 114.140  
Vigência do contrato 30/04/2019 a 15/05/2043  
Custo da dívida IPCA + 2,33 a.a.  
Forma de pagamento Principal e juros mensais  
Custo de transação Amortização mensal  
Mutações dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:

Circulante			Não circulante		
			Custos de transação		
Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>-</b>	<b>135</b>	<b>135</b>	<b>29.057</b>	<b>29.057</b>
Ingressos	-	-	-	66.626	(484)
Juros provisionados	-	7.970	7.970	-	-
Transferências	2.807	-	(2.807)	-	(2.807)
Amortização custo de transação	-	-	-	42	42
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>2.808</b>	<b>8.105</b>	<b>10.912</b>	<b>92.874</b>	<b>(443)</b>
Ingressos	-	-	15.240	-	15.240
Juros provisionados	-	9.150	9.150	-	-
Transferências	3.219	-	3.219	-	(3.219)
Amortização do principal	(2.814)	-	(2.814)	-	-
Amortização dos juros	(4.500)	-	(4.500)	-	-
Amortização custo de transação	-	-	-	40	40
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>3.213</b>	<b>12.755</b>	<b>15.967</b>	<b>104.895</b>	<b>(402)</b>

Vencimentos dos empréstimos a longo prazo:

Ano de vencimento		
2024	-	2.239
2025	-	2.498
2026	-	2.918
2027 a 2047	-	96.338
<b>Total</b>	-	<b>104.493</b>

**16.1. Garantias contratuais:** Em virtude do referido empréstimo, a Companhia cedeu os seguintes itens como garantia ao banco emissor das Fianças Bancárias atreladas a este financiamento, no caso o Banco do Brasil: ações da Companhia, receita proveniente da venda de energia elétrica no ambiente regulado e os seus ativos de geração (máquinas e equipamentos). **16.2. Obrigações contratuais:** Adicionalmente, a Companhia ainda possui determinadas obrigações contratuais (*covenants*), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNB, as quais serão exigidas somente após o início das operações, abaixo detalhamos essas obrigações: • Apresentar fiança bancária referente a 100% do saldo devedor; • Apresentar em conta caução e depósitos vinculados um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no 2,51% do valor desembolsado A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim que essas obrigações sejam atendidas.

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

31/12/2022			31/12/2021		
Não Circulante			Circulante		
	Circulante	Total		Circulante	Total
Adiantamento clientes	292	-	292	-	-
Provisão para arrendamentos	-	-	185	156	341
<b>Total</b>	<b>292</b>	<b>292</b>	<b>185</b>	<b>156</b>	<b>341</b>

Em 2020 a Companhia registrou provisão de arrendamento para os contratos de terrenos, pois em fase operacional o contrato tem parcelas fixas de pagamento e veículos. Em 2021 a Companhia baixou a provisão para arrendamento de terrenos, pois para os próximos anos, devido à cláusula dos contratos classificar o arrendamento como variável de acordo com a geração de receita em seu período operacional. A Companhia obteve as suas taxas de desconto com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. A taxa obtida foi de 8,96% para veículos.

18. PROVISÃO DE DESMANTELAMENTO

31/12/2022			31/12/2021		
Desmanteamento	-	516	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>516</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

	Provisão
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>-</b>
Adição	446
Atualização	70
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>516</b>

(a) Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica edifica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para desmantelamento do Parque Eólico de Santa Rosa Mundo Novo V está registrada em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa nº 14). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 13,55% a.a. (11,40% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**19.1. Capital social:** Em de 2022 os acionistas aprovaram o aumento de capital no montante de R\$10.571 representando 35.238 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente integralizadas mediante a depósito em moeda corrente nacional O Capital social em 31 de dezembro de 2022, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 38.302 (R\$ 27.731 em 31 de dezembro de 2021). O Capital social é composto de 128.637.026 (93.399.520 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%
<b>Acionistas</b>				
SRMN Holding S.A.	128.637.026	100%	93.399.520	100%
<b>Total</b>	<b>128.637.026</b>	<b>100%</b>		

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. **19.2. Destinação do lucro:** Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNB, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessa de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Entretanto, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R\$1.654 (R\$1.276 em 31 de dezembro de 2021).

20. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2022	2021
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Suprimento de energia elétrica	776	-
Suprimento de energia elétrica com partes relacionadas	21.306	-
<b>Total de receita bruta</b>	<b>22.082</b>	<b>-</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>	<b>(906)</b>	<b>-</b>
IS/COFINS	(802)	-
<b>Total de deduções</b>	<b>(806)</b>	<b>-</b>
<b>Total de receita operacional</b>	<b>21.276</b>	<b>-</b>
MWh comercializado (não auditado)	115	-

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2022	2021
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Não gerenciais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(347)	-
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas	(2.138)	-
Encargos de uso da rede elétrica	(742)	-
<b>Gerenciais</b>	<b>(3.227)</b>	<b>-</b>
Serviços de terceiros e materiais	(2.044)	-
Compartilhamento de custos	(671)	-
Depreciação e amortização	(4.441)	-
Outras despesas	(384)	-

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade de operação e o uso dessa base estável na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, concluir, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

CENTRAL EÓLICA SRMN I S.A. | CNPJ nº 29.302.334/0001-00

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Renda de aplicações financeiras	914	-
Juros recebidos	5	-
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>919</b>	<b>-</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Encargos de dívidas	(9.150)	-
Garantias bancárias	(825)	-
Ajuste à valor presente	(70)	-
Comissões sobre financiamento	(52)	-
Atualização monetária	(3)	(22)
Outras despesas financeiras	15	99
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(10.085)</b>	<b>(31)</b>
<b>Total</b>	<b>(9.166)</b>	<b>(31)</b>

**23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE**

	31/12/2022	31/12/2022
IRPJ	CSLL	
22.082	22.082	
8%	12%	
1.767	2.650	
919	919	
2.686	3.569	
25%	9%	
<b>(671)</b>	<b>(322)</b>	
24	-	
<b>(647)</b>	<b>(322)</b>	
<b>2,81%</b>	<b>1,40%</b>	

**24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**Considerações gerais:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração, e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. **24.1. Classificação dos instrumentos financeiros:** As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	Nível 1	12.164	5.887
Concessionárias	8	Custo amortizado	Nível 2	1.389	-
Cauções e depósitos vinculados	11	Custo amortizado	Nível 1	-	10.603
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	1.110	6.398
Adiantamento a fornecedores	12	Custo amortizado	Nível 1	4.093	3
Despesas antecipadas	13	Custo amortizado	Nível 1	31	-
<b>Não circulante</b>					
Cauções e depósitos vinculados	11	Custo amortizado	Nível 1	3.615	2.867
<b>Total</b>				<b>22.402</b>	<b>25.756</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	15	Custo amortizado	Nível 1	15.533	22.922
Empréstimos e financiamentos	16	Custo amortizado	Nível 1	15.967	10.912
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	-	26.384
Outras contas a pagar	17	Custo amortizado	Nível 2	292	185
<b>Não circulante</b>					
Outras contas a pagar	17	Custo amortizado	Nível 2	-	156
Provisão para desmantelamento	18	Custo amortizado	Nível 2	516	-
Empréstimos e financiamentos	16	Custo amortizado	Nível 2	104.493	92.432
<b>Total</b>				<b>136.801</b>	<b>152.991</b>

**Mensuração a valor justo:** Valorizados com instrumentos financeiros com as mesmas características no mercado, tiveram o valor de mercado determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxa de juros disponíveis. O financiamento do BNB não foi marcado a mercado, classificado como custo amortizado, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado):

	Valor Contábil	Valor justo
Mensurados ao custo	-	-
Moeda nacional	-	-
Instituição financeira	-	-
BNB Nível 2	120.460	120.460
<b>Total</b>	<b>120.460</b>	<b>120.460</b>

**24.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota explicativa nº 16, têm como contraparte o agente Banco do Nordeste (BNB). As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui risco de mercado associado ao IPCA e a exposição sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com o baixo risco de recursos atrelados a esses instrumentos. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

**Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros:** A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudança em variáveis de mercado, supondo: • Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuaisapurados na data base 31 de dezembro de 2022 (CDI 13,65% a.a., IPCA 5,79% a.a.); • Cenário II: redução / elevação do Cenário III: redução / elevação do índice em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

	Instrumentos	Índice	Exposição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
<b>Ativo financeiro</b>						
Cauções e depósitos vinculados	FI	3.615	300	376	451	-
<b>Passivo financeiro</b>						
Empréstimos e financiamentos BNB	IPCA+2,33% a.a.	(120.862)	(9.814)	(12.268)	(14.721)	-
<b>Total</b>				<b>(117.247)</b>	<b>(9514)</b>	<b>(14.270)</b>

**24.3. Risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os fluxos compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº16. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua ampliação operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. "Covenants" são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos "covenants" impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos "covenants" quantitativos por contrato aparecem descritos individualmente na nota explicativa nº 16. Até 31 de dezembro de 2022 todos os "covenants" quantitativos e qualitativos das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude, exceto a obrigação de manter um saldo mínimo em reserva especial, motivo pelo qual poderá distribuir com o dividendo mínimos obrigatórios a seus controladores. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7) e Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 11). A Companhia em 31 de dezembro de 2022 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Além do controle de "covenants" atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (nota explicativa nº 24) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela

25. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E GARANTIAS

**25.1. Compromissos contratuais:** Em 31 de dezembro de 2022, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	1.230	32	120	-	1.442
Responsabilidades com locações operacionais	128	119	-	-	247
<b>Total</b>	<b>1.358</b>	<b>211</b>	<b>120</b>	<b>-</b>	<b>1.689</b>

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decorso normal da construção do parque eólico. **25.2. Obrigação de compra:** As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. **Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado:** A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos possuem prazo de vigência de 1º de janeiro 2022 a 31 de dezembro 2042.

**25.3. Garantias**

**Tipos de garantias oferecida**

	31/12/2022	31/12/2021
Seguro garantia e fianças (a)	120	105
Penhor de ações (b)	108	95
Depósito caução	4	13

a) Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro é usado em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores/prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão, b) Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia.

26. COBERTURA DE SEGUROS - NÃO AUDITADO

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-lo, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Limite Máximo de Indenização (em reais)
<b>Descrição</b>	<b>Ramos da apólice</b>
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Riscos Cessantes
Responsabilidade civil	Geral
	112
	56

27. MEIO AMBIENTE

A Companhia está sujeita à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. A Companhia através de sua área de meio ambiente corporativa, realiza acompanhamento periódico de acordo com as implicações legais e registra com base na melhor estimativa de custo. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 36 (R\$ 1.366 em 31 de dezembro de 2021), sendo registrado no resultado do imobilizado. A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis à sua operação.

28. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS.

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não possui causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável ou possível.

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO O CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Redução de capital	-	(26.384)
Imobilizado - provisão de desmantelamento	446	-

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

**Troca do controle acionário:** Em outubro de 2022 a EDP Renováveis do Brasil S.A. controladora final do complexo SRMN, composto pelas SPEs SRMN I, SRMN II, SRMN IV e SRMN V, anunciou que assinou um Contrato de Compra e Venda com Companhia Paranaense de Energia ("COPEL"), para a venda de 100% da participação acionária da Companhia. O complexo eólico SRMN de 155,4 MW de capacidade instalada, está localizado no estado do Rio Grande do Norte, Brasil, e está em operação desde o 4721. O projeto, totalmente detido pela EDPR, recebeu um PPA de 20 anos no leilão de energia 2017. Em 30 de dezembro de 2022 a EDPR atendeu todas as condições precedentes do contrato de compra e venda do complexo SRMN com a Companhia Paranaense de Energia ("COPEL"). Em 30 de janeiro de 2023 a EDPR concluiu os processos da transferência de controle acionário das suas controladas do complexo SRMN, para COPEL o novo investidor.

**DIRETORIA**

**Luís Fernando Mendonça de Barros Filho** - Diretor Presidente

**CONTADOR**

**Alfredo Antônio Tessari Neto** - Contador CRC: 1SP176534/O-5

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de março de 2023

**Adriano Formosinho Correia**

**Auditor Independente Ltda.**

CRC 25P000160/O-5

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de março de 2023

**Adriano Formosinho Correia**

**Auditor Independente Ltda.**

CRC 1BA029904/O-5